

**Deliberação CBH-AP/195/2015 de 01/12/2015
Aprova diretrizes, procedimentos e critérios
para a solicitação, pontuação e
hierarquização de recursos do FEHIDRO
2016 destinados ao CBH-AP.**

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe | CBH-AP, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a disponibilidade de recursos a serem destinados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, à área de atuação do CBH-AP, do orçamento 2016 do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO;

Considerando que cabe ao CBH-AP, com base no Plano Estadual de Recursos Hídricos e no Plano de Bacias, definir e indicar as prioridades de aplicação dos recursos do FEHIDRO à sua área de atuação;

Considerando a Lei nº 9.034 de 27/12/1994, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos, caracterizando, em seu Anexo IV, os 12 (doze) Programas de Duração Continuada - PDC em vigor no Estado de São Paulo;

Considerando as **novas normas e procedimentos** estabelecidos pelo Conselho de Orientação do FEHIDRO – COFEHIDRO, em especial, no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO;

Considerando o trabalho desenvolvido pela Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação - CT-PA para propor diretrizes, procedimentos e critérios para a solicitação, pontuação e hierarquização de recursos do FEHIDRO 2016 destinados ao CBH-AP;

Delibera:

Artigo 1º Aprova a destinação de recursos, do montante dos recursos do FEHIDRO 2016 disponibilizado ao CBH-AP, para projetos de caráter regional de demanda induzida do Comitê, da seguinte forma:

- I. Projeto de Educação Ambiental do Comitê – **até 10% do valor disponível**;
- II. Projeto Regional de interesse do Comitê – **até 20% do valor disponível**;

Parágrafo único: Os recursos disponibilizados para os Projetos Regionais de Interesse do Comitê deverão ser utilizados, prioritariamente, para aplicação e viabilização dos Instrumentos de Gestão e ferramentas de apoio à gestão.

Artigo 2º Aprova as **diretrizes gerais** para a solicitação de recursos do FEHIDRO 2016:

- I. Atendimento das normas, procedimentos e condicionantes estabelecidos pelo MPO - Manual de Procedimentos do FEHIDRO, em vigência;
- II. Atendimento de todos pré-requisitos para obtenção de financiamento do FEHIDRO (item 2.1 do MPO);
- III. O tomador deverá possuir situação regular perante o FEHIDRO (estar adimplente técnica e financeiramente);
- IV. Solicitação de obras de drenagem urbana e rural, os respectivos Planos, quando elaborados com recursos do FEHIDRO, deverão estar devidamente encerrados no SinFEHIDRO com a "Situação do empreendimento" constando como "Concluído";
- V. O Comitê poderá financiar empreendimentos constituídos por diversas fases sendo que sua continuidade somente será indicada após a fase anterior estar devidamente encerrada no SinFEHIDRO com a "Situação do empreendimento" constando como "Concluído";
- VI. Somente serão aceitas solicitações de financiamento de entidades com sede nas UGRHI's 20 e 21, excetuando-se os projetos de demanda induzida do CBH-AP;
- VII. Os Municípios com sede em outra UGRHI, com área parcialmente contida nas UGRHI's 20 ou 21, obrigatoriamente membros do Comitê (aprovados em Plenário), poderão ser contemplados com recursos para atendimento de 01 projeto (melhor pontuado) com valor máximo definido por esta deliberação;
- VIII. As solicitações de Prefeituras Municipais e entidades ligadas à administração municipal, mesmo as operadas pela SABESP, deverão ser acompanhadas por comprovação de sistema de micromedição de água em mais de 90% do sistema de abastecimento;
- IX. Aplicação dos recursos na área de abrangência das UGRHI's 20 e 21;
- X. Limite de solicitação de recurso por Entidade/Município: 01 (uma) na modalidade "Reembolsável" e 01 (uma) na modalidade "Não Reembolsável" (Fundo Perdido);
- XI. Oferecimento de contrapartida mínima, conforme Item 4.1.3 do MPO do FEHIDRO.

Parágrafo 1º - As solicitações de recursos ao FEHIDRO 2016 deverão oferecer contrapartida mínima conforme condições abaixo:

- I. Financiamentos Reembolsáveis:
 - 20% de contrapartida;
- II. Financiamentos Não Reembolsáveis:
 - 2% - administração direta ou indireta de municípios até 50 mil habitantes;
 - 5% - administração direta ou indireta de municípios acima de 50 mil e até 200 mil habitantes;
 - 10% - administração direta ou indireta do estado;
 - 10% - entidades privadas sem fins lucrativos.
- III. Financiamentos Reembolsáveis ou Não para obras desenvolvidas pela SABESP:
 - 20% - municípios até 20 mil habitantes;



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe

Rua Benedito Mendes Faria, 40a | Vila Hípica | Marília/SP | CEP 17520-520

Fone: 14 3417-1017 | Fax: 14 3417-1662

<http://cbhap.org/>
secretaria@cbhap.org

- 30% - municípios acima de 20 mil habitantes.

- IV. No caso de solicitação de recursos na modalidade "Reembolsável", devem ser observadas, pelo tomador, as "Condições para Operações Reembolsáveis" e as "Garantias exigidas ao Tomador", conforme item 3.8 do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO.

Parágrafo 2º - Quando o Município não possuir sistema de micromedição em, no mínimo, 90% de seus sistemas de abastecimento público de água, as Prefeituras Municipais e entidades ligadas à administração municipal somente poderão apresentar solicitação de recursos ao FEHIDRO para:

I - Elaboração do Plano de Perdas;

II - Instalação de Micromedidores.

a). No caso de projetos para a instalação de micromedidores deverá ser apresentado o Plano de Perdas conforme exigido nas Diretrizes desta Deliberação.

Parágrafo 3º - Solicitações de municípios com sede em outra UGRHI e área parcialmente contida nas UGRHI's 20 e 21, poderão ser atendidas, desde que observem o que segue:

- I. Atendimento ao inciso VII do Art. 2º desta Deliberação;
- II. Aplicação dos recursos, para quaisquer empreendimentos solicitados, apenas na área do município inserida nas UGRHI's 20 e 21;
- III. Apresentação do "Relatório de Relevância do Investimento" (RRI), com conteúdo mínimo, conforme item 15 do Anexo 2, comprovando a importância do investimento para a gestão dos recursos hídricos das UGRHI's 20 e 21.

Artigo 3º Não poderão apresentar projetos ao FEHIDRO 2016 as entidades enquadradas, na data do protocolo da solicitação (31/03/2016), nas situações abaixo:

- I. Tomadores com contratos em vigência, no âmbito do CBH-AP, assinados até 31 de dezembro de 2013, independentemente da situação do contrato;
- II. Tomadores com contratos assinados no ano de 2014, no âmbito do CBH-AP, não iniciado ou paralisado a mais de 06 meses, conforme registro no SINFEHIDRO;
- III. Pessoas jurídicas incluídas no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual, conforme item 6 do MPO do FEHIDRO;
- IV. Ausência ou apresentação de versões não assinadas de qualquer um dos documentos listados no Parágrafo 1º do Art. 16 desta Deliberação.

Parágrafo 1º - Até a data do protocolo das solicitações de recursos 2016, é **responsabilidade do interessado na tomada de recursos**, acompanhar, verificar a adimplência e a situação atual no SinFEHIDRO de projetos FEHIDRO vigentes em nome da entidade, conforme incisos I e II, bem como, de acordo com o inciso III, acompanhar e verificar adimplência da entidade junto ao CADIN;

Parágrafo 2º - Entidades da Administração Municipal (prefeitura, autarquias, empresas mistas, fundações, serviços autônomos, etc.) mesmo com CNPJ diferentes deverão observar e atender o inciso X do Art. 2º desta Deliberação ao Solicitar Recursos ao FEHIDRO;

Artigo 4º - A Secretaria Executiva verificará a situação de adimplência junto ao FEHIDRO, bem como os demais casos previstos no Art. 3º, no momento do protocolo dos documentos, informando o interessado da impossibilidade de protocolar a solicitação, **não cabendo recurso da decisão**;;

Parágrafo único - Na verificação da situação de adimplência junto ao FEHIDRO, bem como os casos previstos nos incisos deste Artigo, para efeito de habilitação, as pendências de entidades da Administração Municipal (prefeitura, autarquias, empresas mistas, fundações, serviços autônomos, etc.), mesmo com CNPJ diferente, serão atribuídas à Administração Municipal.

Artigo 5º Observados os itens 3.4 e 3.5 do MPO do FEHIDRO, o CBH-AP não destinará recursos do FEHIDRO, exceto para projetos regionais cuja demanda seja induzida pelo Comitê, para:

- I. Aquisição de equipamentos para coleta e disposição de resíduos sólidos, como: coletores de lixo, caminhões e veículos automotores de qualquer natureza, retro-escavadeiras e outros, independente da finalidade do projeto;
- II. Caminhões e veículos automotores de quaisquer naturezas, independente da finalidade do projeto;
- III. Redes coletoras de esgoto;
- IV. Linhas telefônicas;
- V. Edificações para sede de entidades, centros de pesquisa ou escritórios de modo geral;
- VI. Guias, Sarjetas e Travessias que interfiram nos recursos hídricos;
- VII. Canalizações Fechadas de Rios e Córregos;
- VIII. Projetos Não Estruturais que visem somente o levantamento de dados para o estudo da viabilidade e/ou implantação de um Empreendimento Estrutural, exceto Plano Diretor de Controle de Erosão Rural, Plano Diretor de Drenagem Urbana e Planos de Controle de Perdas nos sistemas de abastecimento de água.

Artigo 6º As solicitações de recursos ao FEHIDRO 2016 **serão inabilitadas** devido a:

- I. Solicitação de recursos para Projetos que não estejam elencados como Prioridades de Investimento do CBH-AP, conforme Art. 9º desta Deliberação;
- II. Não atendimento das solicitações de Documentos Administrativos e Técnicos Obrigatórios (Anexos 1 e 2), de apresentação de complementação e esclarecimentos, nos prazos estabelecidos por esta Deliberação;
- III. Não apresentação das licenças ambientais, autorizações, outorgas e certidões definitivas na data estipulada (26/04/2016), em substituição aos protocolos;
- IV. Não atendimento das Diretrizes Gerais do Artigo 2º desta Deliberação;
- V. Descumprimento de prazos aprovados.

Parágrafo único - Quando o projeto for **inabilitado** por qualquer um dos itens elencados neste Artigo, quaisquer que sejam os motivos que o justifique, não caberá apresentação de recurso.

Artigo 7º Aprova os **Anexos 1 a 3** desta Deliberação, para consulta e atendimento obrigatório por todas as entidades interessadas na tomada de recursos do FEHIDRO 2016, sendo:

- I. **Anexo 1 – Documentos Administrativos Obrigatórios.**
- II. **Anexo 2 – Documentos Técnicos Obrigatórios;**
- III. **Anexo 3 – Documentos Técnicos Complementares** (para fins de pontuação);

Parágrafo único - O MPO – Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, com os seus Anexos (I a XIII), está disponível no site do FEHIDRO: <http://fehidro.sigrh.sp.gov.br/>.

Artigo 8º Aprova o **Anexo 4** desta Deliberação com os **critérios para pontuação a ser atribuída às solicitações financeiras, para fins de hierarquização e seleção de investimentos.**

Artigo 9º Os recursos do FEHIDRO 2016 destinados ao CBH-AP devem ser aplicados conforme os Programas de investimento e os limites e valores, elencados na Tabela abaixo:

PROGRAMA / Objetivos		PDC
Ações de Intervenção	AI1a. Obras de implantação e ampliação de sistemas de tratamento de esgotos urbanos e de melhorias da eficiência dos sistemas. (Não serão aceitas solicitações de rede coletora) AI1b. Obras de implantação de sistemas de tratamento de esgotos de comunidades rurais isoladas.	3
	AI2. Obras de sistemas de disposição de resíduos sólidos que comprovadamente comprometam a qualidade dos recursos hídricos. (Não serão aceitas solicitações para projetos relacionados à coleta seletiva)	
	AI3a. Elaboração de Plano Diretor de Controle de Erosão Rural. (Deve contemplar plano de metas e ações claramente definidas com valores e prazos) AI3b. Elaboração de Plano Diretor de Drenagem Urbana. (Deve contemplar plano de metas e ações claramente definidas com valores e prazos)	8, 9
	AI4a. Serviços e obras de prevenção, defesa e recuperação de áreas degradadas pela erosão em área urbana. AI4a.1) Implantação de medidas estruturais e não estruturais de prevenção e defesa contra inundações. AI4a.2) Cooperação com os municípios para serviços e obras de prevenção e defesa contra inundações. AI4a.3) Implantação de estruturas de retenção de águas pluviais. AI4b. Serviços e obras de prevenção, defesa e recuperação de áreas degradadas pela erosão em área rural. AI4b.1) Conservação do solo para proteção dos recursos hídricos. AI4b.2) Recuperação de áreas degradadas na área da bacia de contribuição do manancial com práticas de conservação do solo e água (voçorocas). AI4b.3) Controle de erosão em áreas que estejam comprovadamente comprometendo o curso da água. AI4b.4) Desassoreamento de córregos e nascentes que contribuam para o manancial.	9
	AI5. Planos e ações de controle de perdas nos sistemas de abastecimento de água. AI5.1) Elaboração de plano e projeto de controle de perdas e diagnóstico da situação. AI5.2) Aquisição e instalação de hidrômetros residenciais e macro medidores. AI5.3) Instalação de sistema redutor de pressão. AI5.4) Serviços e obras de setorização. AI5.5) Reabilitação de redes de água. AI5.6) Pesquisa de vazamento, pitometria e eliminação de vazamentos).	5

Parágrafo 1º - As solicitações de recursos de cada entidade, nas modalidades: reembolsável e não reembolsável deverão observar o **limite mínimo de solicitação** ao FEHIDRO de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para projetos não estruturais e mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para projetos estruturais.

Parágrafo 2º - Para as solicitações de recursos de **Municípios com sede em outra UGRHI**, será destinado recurso para um único projeto, **observando os valores** de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para projetos não estruturais e de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para projetos estruturais.

Artigo 10º - As solicitações de obras e ações de controle de erosão em área rural e urbana, drenagem e controle de enchentes, bem como controle de perdas e instalação de hidrômetros, **devem estar contempladas** nos respectivos Planos e Estudos de Drenagem Urbana, de Controle de Erosão Rural e de Controle de Perdas.

Parágrafo 1º - Para solicitação de obras referidas neste artigo, os Planos de Macrodrenagem Urbana, Controle de Erosão Rural e Controle de Perdas, quando elaborados com recursos do FEHIDRO, deverão estar devidamente encerrados no SinFEHIDRO com a “Situação do empreendimento” constando como “Concluído”;

Parágrafo 2º - Para projetos de galerias de águas pluviais deve-se observar o que segue:

- I. Somente serão aceitas galerias com as devidas estruturas de dissipação instaladas no nível de base do escoamento de água, ou seja, lançamento na calha do curso de água mais próximo, devendo obrigatoriamente ser apresentada a autorização para intervenção em APP pela CETESB;
- II. Na impossibilidade de instalação destas estruturas no nível de base, apresentar a justificativa técnica da alternativa adotada, de forma que seja garantido o controle da erosão;
- III. Na necessidade de adequação do Plano de Macrodrenagem, deverá ser apresentado CD com o Plano atualizado;
- IV. Não serão destinados recursos para Galerias de Águas Pluviais em loteamentos aprovados no GRAPROHAB ou com a data de registro após o ano 2000.

Artigo 11. No caso de empreendimentos nas modalidades listadas neste Artigo é obrigatória a utilização dos roteiros técnicos (Conteúdo Mínimo para elaboração de Projetos e Termos de Referência) preparados pelos Agentes Técnicos e disponibilizados no site do Comitê: <http://cbhap.org/fehidro/tr/>

- I. Projetos de Sistemas de Tratamento de Esgoto;
- II. Projetos de Sistema de Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos;
- III. Projetos de Estudos de Drenagem Urbana (macro drenagem);
- IV. Planos Diretores Municipais de Controle de Erosão Rural;
- V. Projetos de Controle de Erosão Urbana (galeria de águas pluviais);
- VI. Projetos de Controle de Erosão Rural;
- VII. Planos de Controle de Perdas.

Artigo 12. Com base nas informações apresentadas na documentação, e, em conformidade com os critérios de pontuação aprovados pelo Comitê (Anexo 4), a CT-PA deverá pontuar as solicitações de recursos para fins de hierarquização e seleção dos investimentos a serem indicados ao FEHIDRO 2016;

Parágrafo 1º - Utilizando o percentual dos pontos obtidos pelo projeto em relação à pontuação total disponível em cada programa, as solicitações de recursos serão hierarquizadas conjuntamente, independente do programa enquadrado;

Parágrafo 2º - Havendo empate no percentual dos pontos obtidos, serão aplicados, sucessivamente, até o desempate, os seguintes critérios:

- I. A porcentagem da contrapartida oferecida;
- II. Pontuação obtida no item “F” do Critério Geral do Anexo 4;
- III. Pontuação obtida no item “B” do Critério Geral do Anexo 4;
- IV. Pontuação total obtida nos Critérios Gerais do Anexo 4;
- V. Pontuação total obtida nos Critérios Específicos do Anexo 4;
- VI. Sorteio.

Parágrafo 3º - Havendo saldo de recursos após a hierarquização e atendimento de todos os projetos habilitados, o valor será destinado para Projetos Regionais de interesse do Comitê, conforme prioridades definidas no Artigo 1º.

Parágrafo 4º - Os projetos habilitados e pontuados que não forem atendidos por insuficiência de recursos serão elencados em Carteira de Projetos e serão atendidos em eventual cancelamento das solicitações pelos Agentes Técnico e Financeiro, respeitando-se o Plano de Aplicação de Recursos do FEHIDRO para 2016

Artigo 13. Para as solicitações habilitadas e pontuadas, o interessado poderá protocolar solicitação de revisão da pontuação atribuída pela CT-PA, pessoalmente, na sede do DAEE, em Marília, na data estipulada no inciso VI do Artigo 14º (27/05/2016), conforme as normas abaixo:

- I. A revisão refere-se à **apresentação de argumentação** sobre a pontuação atribuída pela Câmara Técnica ao Projeto, a partir dos critérios estabelecidos pelo Comitê;
- II. A Câmara Técnica poderá solicitar **documentação complementar** para auxiliar o entendimento da argumentação;
- III. **Não poderão** ser substituídos documentos apresentados.

Artigo 14. Fica estabelecido o seguinte cronograma para apresentação de solicitação de recursos ao FEHIDRO 2016, bem como análise, habilitação e pontuação pelo CBH-AP:

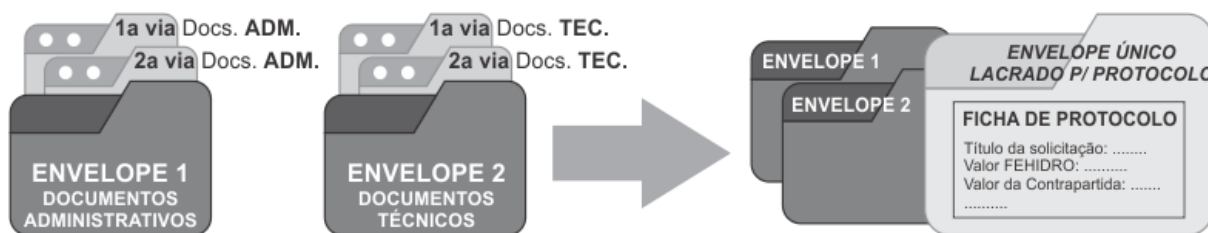
- I. **Reunião de esclarecimentos sobre a apresentação de projetos ao FEHIDRO:** 02/02/2016 as 9h30 no DAEE, em Marília;
- II. **Protocolo e verificação da conformidade dos documentos apresentados para solicitação de recursos ao FEHIDRO 2016:** 31/03/2016 das 09h00 às 17h00 pessoalmente no DAEE, em Marília;
- III. **Data para protocolo dos documentos** (ausentes/complementares) solicitados pela Secretaria Executiva e para **apresentação das licenças e autorizações** (CETESB); **licenças e outorgas** (DAEE); e **certidões definitivas** (FGTS, CNDT e Tributos Federais e Dívida Ativa da União), **em substituição aos protocolos apresentados**, 26/04/2016 das 09h00 às 17h00, pessoalmente no DAEE, em Marília;
- IV. **Reuniões da CT-PA** para habilitação, análise técnica e pontuação dos projetos: 02 a 06/05/2016;
- V. **Divulgação da Pontuação por tomador:** 17/05/2016;
- VI. **Prazo para solicitar a revisão da pontuação** atribuída pela CT-PA: 27/05/2016, **das 09h00 às 17h00**;
- VII. **Reunião da CT-PA** para análise dos pedidos de revisão da pontuação: 01/06/2016;
- VIII. **Reunião Plenária do CBH-AP** para priorização dos Projetos (previsão): 1ª quinzena de julho.

Artigo 15. O Protocolo e a Verificação da Conformidade dos documentos protocolados para solicitação de recursos ao FEHIDRO, será realizada pela Secretaria Executiva e **representantes da CTPA**, na data e ato do protocolo, na presença do interessado, de acordo com os procedimentos abaixo:

- I. Aplicar o Art. 3º desta Deliberação;
- II. Aplicar o Parágrafo 1º do Art. 16 desta Deliberação;
 - a. O interessado poderá, dentro do horário e dia previstos, corrigir as pendências e reapresentar a solicitação corrigida, de acordo com as regras desta Deliberação.
- III. Solicitação de documentos ausentes ou desconformes, passíveis de complementação;
 - a. No caso do inciso III, após conferência dos documentos apresentados, será emitido Ofício pela Secretaria Executiva com prazo para complementação de documentos, de acordo o inciso III do Art. 14 desta Deliberação.
- IV. O atendimento literal dos documentos exigidos por esta Deliberação, sem nenhum tipo de solicitação de complementação ou adequação, acarreta em bônus na pontuação final do projeto, de acordo com os Critérios definidos no Anexo 4 desta Deliberação.

Artigo 16. A documentação para solicitação de recursos ao FEHIDRO 2016 deverá ser protocolada, pessoalmente, no dia 31/03/2016, das **09h00 às 17h00**, no DAEE em Marília, de acordo com os procedimentos abaixo:

- I. Não serão aceitas solicitações via correio, e-mail ou fax, seja da integralidade ou parte da documentação exigida;
- II. Os Documentos Administrativos (Anexo 1) e Técnicos (Anexos 2 e 3) devem ser organizados em duas vias, separadas em dois envelopes específicos, devidamente identificados como "Documentos Administrativos" e "Documentos Técnicos", sendo que os dois envelopes devem ser lacrados em um único Envelope ou Caixa, conforme ilustrado no esquema abaixo:
 - a. Esquema exemplificando este inciso:



- III. As duas vias, dos documentos citados no inciso anterior, devem:
 - a. As duas vias ser idênticas;
 - b. As duas vias de cada envelope (Documentos Administrativos e Técnicos) devem estar **ENCADERNADOS COM GRAMPOS "TRILHO" DE DOIS FUROS** (deve-se evitar espirais);
 - c. As páginas devem ser organizadas de acordo com a ordem dos Anexos 1, 2 e 3;
 - d. Todas as páginas devem ser corretamente numeradas;
 - e. Todas as páginas numeradas devem ser corretamente indicadas em um sumário.
- IV. Externamente a este Envelope ou Caixa único, a solicitação deve ser identificada com a **FICHA DE PROTOCOLO** (Modelo III desta Deliberação);
- V. O atendimento literal dos incisos I a IV deste artigo, acarreta em bônus na pontuação final do projeto, de acordo com os Critérios definidos no Anexo 4 desta Deliberação.

Parágrafo 1º - Somente serão protocoladas as solicitações de recursos ao FEHIDRO **que contenham, no mínimo, os documentos abaixo**, no caso dos itens "A" a "D", os mesmos **devem estar assinados** pelo representante legal:

- a) Ficha Resumo de Empreendimento - Não Estrutural ou Estrutural (Anexos I ou II do MPO-FEHIDRO);
- b) Cronograma Físico-Financeiro - Anexo VII (MPO)

- c) Planilha de Custos - Anexo VIII (MPO)
- d) Documentos Técnicos: Termo de Referência ou Projeto Básico ou executivo.
- e) Licenças Ambientais, Outorgas ou protocolos das mesmas, nos casos que assim exigir.

Parágrafo 2º - Na data de 31/03/2016, estabelecida para o Protocolo das solicitações conforme o inciso II do artigo 14, serão aceitos protocolos de projetos entre as **17h00 e 17h30**, na sede do DAEE, em Marília, acarretando, neste caso, a perda de 3 (três) pontos na hierarquização do projeto.

Parágrafo 3º - No dia estabelecido para Protocolo da Solicitação de Recurso ao FEHIDRO 2016 (31/03/2016) serão aceitos, quando necessário, o protocolo da solicitação dos seguintes documentos: - licenças e autorizações da CETESB; - outorgas do DAEE; e Certidões do FGTS, CNDT e Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

Parágrafo 4º - As licenças, autorizações, outorgas e certidões definitivas, bem como as solicitações de complementações ou adequações de documentos, devem ser protocoladas, no dia 26/04/2016, das **09h00 às 17h00**, pessoalmente, na sede do DAEE em Marília, em **duas vias** impressas idênticas, **lacradas** em um único envelope, constando externamente a "Ficha de Protocolo" conforme Modelo III desta Deliberação.

Parágrafo 5º - Havendo necessidade de esclarecimentos sobre a proposta apresentada, a CT-PA pode solicitar documentos que complementem ou ajudem no entendimento da proposta, bem como, a presença do responsável técnico pelo projeto em uma das reuniões de análise técnica.

Artigo 17. A apresentação de licenças e autorizações da CETESB e autorizações e outorgas do DAEE devem observar as orientações abaixo:

- I. Obras de implantação e ampliação de sistemas de tratamento de esgoto exigem a apresentação de LP e LI da CETESB e Autorização ou Outorga do DAEE;
- II. Obras de implantação de sistema de disposição de resíduos sólidos exigem a apresentação de LP e LI da CETESB e Autorização ou Outorga do DAEE;
- III. Para empreendimentos (obras de qualquer natureza) que intervenham em Áreas de Preservação Permanente (APP), bem como empreendimentos que preveem a supressão de vegetação, deverá ser entregue autorização ou aprovação da CETESB;
- IV. Quando não houver intervenção em APP, supressão de vegetação nativa ou corte de árvores nativas isoladas, deve ser apresentada Declaração do Responsável Técnico do Projeto;
- V. Para empreendimentos que demandem a utilização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, bem como, empreendimentos que possam alterar o regime, a quantidade e a qualidade destes mesmos recursos deverá ser apresentada a Autorização para implantação do empreendimento ou Outorga do DAEE.

Tipo de Projeto / Obra	CETESB Licença, Autorização ou Aprovação	DAEE Autorização ou Outorga
Implantação e ampliação de sistemas de tratamento de esgoto	SIM (*)	SIM
Implantação de sistema de disposição de resíduos sólidos	SIM (*)	SIM
Obras de contenção e recuperação de erosão em áreas rurais	SIM (**)	SIM
Obras de contenção e recuperação de erosão em área urbana e Peri urbana	SIM (**)	SIM
Execução de galerias de águas pluviais	SIM (**)	NÃO
Obras de intervenção direta em recurso hídrico (exemplos: canalizações abertas, captações, lançamentos, travessias e barramentos).	SIM (**)	SIM

(*) Quando couber (verificar enquadramento nos itens "I, II" deste Artigo)

(**) Quando couber (verificar enquadramento nos itens "III e IV" deste Artigo)

Artigo 18. Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo CBH-AP.

José Alcides Faneco
Presidente

Luís Sergio de Oliveira
Vice-Presidente

Denis Emanuel de Araujo
Secretário Executivo

Deliberação CBH-AP/195/2015 de 1 de dezembro de 2015
ANEXO 1 - DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS OBRIGATÓRIOS

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS (conforme natureza do projeto)		AUSÊNCIA
1	Cópia do cartão do CNPJ	PASSÍVEL DE COMPLEMENTAÇÃO
2	Cópia do RG do(s) Responsável(is) Legal(is): OBS: O CRMC não será aceito na substituição de documentos.	
3	Cópia do CPF do(s) Responsável(is) Legal(is) OBS: O CRMC não será aceito na substituição de documentos.	
4	Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS OBS: Não será aceita Certidão vencida.	
5	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) Tributos Federais e Dívida Ativa da União OBS: Não será aceita Certidão vencida.	
6	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) Trabalhista CNDT OBS: Não será aceita Certidão vencida.	
7	Termo de Cooperação (Anexo XIII - MPO FEHIDRO) OBS: Para universidades, entidades de pesquisa e da sociedade civil sem fins lucrativos para aquisição de equipamentos definidos nos itens 3.4.15. a 3.4.20 do MPO do FEHIDRO. OBS1: Somente serão aceitos impressos atualizados, disponíveis no site http://fehido.sigrh.sp.gov.br/	
8	Declaração de Adimplência - Anexo IX do MPO OBS: Para entidades do Estado, Prefeituras Municipais e Administração Municipal OBS1: Somente serão aceitos impressos atualizados, disponíveis no site http://fehido.sigrh.sp.gov.br/	
9	Declaração de Adimplência - Anexo X do MPO OBS: Para entidades da Sociedade Civil OBS1: Somente serão aceitos impressos atualizados, disponíveis no site http://fehido.sigrh.sp.gov.br/	
10	Certificado de Regularidade Cadastral OBS: Para entidades da Sociedade Civil OBS1: Informações no site www.cadastrodeentidades.sp.gov.br - Atendimento ao Decreto Estadual nº 57.501, de 08/11/2011.	
11	Declaração de Adimplência - Anexo XII do MPO (Para Usuários c/ Fins Lucrativos) OBS: Para Usuários c/ Fins Lucrativos OBS1: Somente serão aceitos impressos atualizados, disponíveis no site http://fehido.sigrh.sp.gov.br/	
12	Cópia da Lei de Criação OBS: Para entidades do Estado	
13	Cópia da versão autenticada do Estatuto ou Contrato Social OBS: Para entidades do Estado, Sociedade Civil, Administração Municipal e Usuários c/ Fins Lucrativos	
14	Cópia da versão autenticada do Ato de Nomeação ou da Ata de Eleição da Diretoria e/ou responsável (is) legal (is) OBS: Para entidades da Sociedade Civil, Administração Municipal e Usuários c/ Fins Lucrativos	
15	Atestado da Câmara Municipal de Exercício Efetivo de Mandato do Prefeito OBS: Para Prefeituras Municipais	
16	Anexo XI do MPO do FEHIDRO - Relatório de atividades para atender o disposto no inciso IV do artigo 37 da Lei 10.843/2001, constando anuência da Secretaria Executiva do Colegiado OBS: Somente na primeira contratação e para Usuários c/ Fins Lucrativos. OBS1: Somente serão aceitos impressos atualizados, disponíveis no site http://fehido.sigrh.sp.gov.br/	

Deliberação CBH-AP/195/2015 de 1 de dezembro de 2015

ANEXO 2 - DOCUMENTOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS (conforme natureza do projeto)		AUSÊNCIA
1	Ficha Resumo de Empreendimento Não Estrutural - Anexo I (MPO): Para Estudos e Projetos OBS: Somente serão aceitos impressos atualizados, disponíveis no site http://fehidro.sigrh.sp.gov.br/	IMPEDE O PROTOCOLO DA SOLICITAÇÃO
2	Ficha Resumo de Empreendimento Estrutural - Anexo II (MPO): Para Obras OBS: Somente serão aceitos impressos atualizados, disponíveis no site http://fehidro.sigrh.sp.gov.br/	
3	Cronograma Físico-Financeiro - Anexo VII (MPO) OBS: Somente serão aceitos impressos atualizados, disponíveis no site http://fehidro.sigrh.sp.gov.br/	
4	Planilha de Custos - Anexo VIII (MPO) OBS: Somente serão aceitos impressos atualizados, disponíveis no site http://fehidro.sigrh.sp.gov.br/	
5	Documentos Técnicos referentes ao empreendimento, conforme sua natureza:	
5.1	Para estudos, projetos de pesquisa e atividades afins: a) Termo de Referência	
5.2	Para obras e serviços correlatos: a) Projeto Básico ou executivo conforme estabelecido pela Lei 8.666/93. b) Memoriais Descritivos, Orçamentos, Cronogramas, Especificações Técnicas e demais documentos pertinentes.	
6	Licenças ambientais, no que couber:	PASSÍVEL DE COMPLEMENTAÇÃO
6.1	Cópia das Licenças: Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) da SMA ou da CETESB	
6.2	Autorização ou Aprovação da CETESB para Intervenção em APP e/ou supressão de vegetação nativa	
6.3	Para obras, quando não houver intervenção em APP ou corte de árvores isoladas, apresentar Atestado emitido pelo responsável técnico do projeto	
6.4	Para empreendimentos de reflorestamento de APP: Atestado de Regularidade Florestal - ARF / DPRN Exigido na alínea "d" do item "5" dos Anexos III, IV, V e VI do MPO - Deve ser substituído pelo "Modelo de Declaração", disponível no site http://fehidro.sigrh.sp.gov.br/	
6.4.1	Certidão Negativa de Multa emitida pelos Centros Técnicos Regionais da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, provando que a área não foi multada por desmatamento.	
6.4.2		
7	Cópia da publicação da Licença, Outorga ou Declaração de Dispensa emitida pelo DAEE, no que couber	
8	Responsabilidade Técnica do Projeto ART-CREA/SP e/ou RRT-CAU/SP e equivalentes	
9	Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno, comprovando: a) posse ou domínio mediante título ou matrícula de Cartório de Registro de Imóveis; ou b) posse provisória, decorrente de processo judicial de desapropriação, mediante termo de imissão provisória de posse; ou c) locação, arrendamento, comodato, permissão ou concessão de uso.	
10	Plano Diretor de Drenagem Urbana PDDU (cópia em CD): OBS1: Na necessidade de adequação do Plano de Macrodrenagem, deverá ser apresentado CD com o Plano Atualizado; OBS2: Apenas para solicitações de serviços e obras de prevenção e controle de erosões do solo e assoreamento na área urbana.	
11	Plano Diretor de Controle de Erosão Rural PDCR (cópia em CD): OBS: Apenas para solicitações de serviços e obras de prevenção e controle de erosões do solo e assoreamento na área rural, sendo que o Plano deve englobar toda a área do município.	
12	Plano de Controle de Perdas do Município PCPM (cópia em CD): OBS: Apenas para solicitações de instalação de micro medidores (hidrômetro) e de ações de controle de perdas de água nos sistemas de abastecimento de água.	
13	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos PMGIRS (cópia em CD): OBS: Apenas para solicitações de obras de sistemas de disposição de resíduos sólidos.	
14	Cinco (5) fotos coloridas com legenda explicativa e data (na foto ou na legenda) OBS1: As datas das fotos não podem ser anteriores a seis meses da data do Protocolo do projeto (31/03/2016) OBS2: Obrigatório apenas para solicitações de serviços e obras de prevenção e controle de erosões do solo e assoreamento em áreas urbanas e rurais e reflorestamento de APP.	
15	Relatório de Relevância do Investimento RRI: OBS: Obrigatório apenas para Municípios com sede em outra UGRHI, conforme conteúdo mínimo abaixo: a) Descrever os problemas diagnosticados, referente aos Recursos Hídricos, na área em que se pretende aplicar os recursos financeiros; b) Localização em mapa da obra/estudo nas UGRHI 20 e 21 (IBGE, escala 1:50.000 - ou de maior escala); c) Indicar os benefícios que a obra trará aos recursos hídricos.	
16	Mapa de localização da obra ou da área objeto do estudo/projeto: OBS1: Deve ser apresentado, no mínimo, carta do IBGE escala 1:50.000 (ou produto cartográfico de escala maior), com a identificação do local/objeto da solicitação e com a especificação das coordenadas geográficas (Sistema de projeção, datum, etc), de forma a permitir a localização da bacia onde o projeto será realizado no âmbito das UGRHIs 20 ou 21; OBS2: Obrigatório apenas para solicitações de serviços e obras de prevenção e controle de erosões do solo e assoreamento em áreas urbanas e rurais e reflorestamento de APP; OBS3: Não serão aceitos mapas ou plantas reduzidos ou ampliados; OBS4: As cartas do IBGE 1:50.000 estão disponíveis no endereço: (ftp://geotfp.ibge.gov.br/mapeamento_sistematico/topograficos/escala_50mil/pdf/)	
17	Declaração de Comprovação de Medições com Hidrômetro DCMH OBS: Declaração da concessionária ou do responsável técnico pelo sistema de abastecimento público de água e do Prefeito Municipal, comprovando a medição com hidrômetro, conforme Modelo I, informando no mínimo: número de ligações com hidrômetro e número de ligações sem hidrômetro presentes no município; volume produzido e volume medido.	



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe

Rua Benedito Mendes Faria, 40a | Vila Hípica | Marília/SP | CEP 17520-520

Fone: 14 3417-1017 | Fax: 14 3417-1662

<http://cbhap.org/>
secretaria@cbhap.org

Deliberação CBH-AP/195/2015 de 1 de dezembro de 2015 ANEXO 3 - DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA FINS DE PONTUAÇÃO:

	SITUAÇÃO	AUSÊNCIA
1. Relatório de Comprovação de Continuidade RCC: Entende-se por Continuidade de Obra ou Projeto, ações que estejam contempladas no Projeto Inicial ou nos Planos de Controle de Erosão Rural, de Drenagem Urbana e de Controle de Perdas, nestes casos, para fins de pontuação, deve ser apresentado RCC contendo no mínimo: <ol style="list-style-type: none"> A fonte de recurso da fase anterior, no caso de FEHIDRO indicar o número do Contrato, o ano do investimento e a atual situação do empreendimento; Localização em mapa do local da obra (IBGE, escala 1:50.000 - ou de maior escala), identificando a fase anterior e a fase pleiteada; Descrição das atividades e ações desenvolvidas na fase anterior; Relatório fotográfico que permita identificar as condições atuais do empreendimento e sua possível continuidade; O RCC de projetos de Educação Ambiental deve conter relatório fotográfico, cópia do material produzido, lista de presença dos participantes e Relatório sucinto das atividades desenvolvidas. 	NÃO OBRIGATÓRIO	NÃO INABILITA
2. Proposta de Ação de Educação Ambiental PAEA: O Tomador pode apresentar a PAEA sobre o tema do Projeto (MODELO II desta Deliberação), a ser desenvolvida durante a execução do mesmo (exemplo: palestras, produção de folhetos, visitas monitoradas, etc.). Os custos desta atividade não deverão constar do orçamento da Solicitação ao FEHIDRO e serão responsabilidade do Tomador. A comprovação da ação de Educação Ambiental deverá ser feita mediante a apresentação de relatórios físicos e fotográficos ao final do projeto conforme definições e modelo (conteúdo mínimo) do Anexo I da Deliberação CBH-AP/138/2010, de 25/02/2010 para acompanhamento pela CTEM.	NÃO OBRIGATÓRIO	NÃO INABILITA
3. Declaração de Comprovação de Coleta Seletiva DCS: Declaração comprovando a existência de serviço de coleta seletiva no município, contendo: <ol style="list-style-type: none"> Endereço da central de triagem; Data de início da operação do serviço e descrição da estrutura disponível; Memorial fotográfico comprovando e caracterizando os serviços. 	NÃO OBRIGATÓRIO	NÃO INABILITA

Deliberação CBH-AP/195/2015 de 1 de dezembro de 2015

ANEXO 4 - CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO A SER ATRIBUÍDA ÀS SOLICITAÇÕES FINANCEIRAS, PARA FINS DE HIERARQUIZAÇÃO E SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS:

ANEXO 4 - 1. Critérios Gerais: aplicados a todas as solicitações

1. Critérios gerais.	PONTUAÇÃO
A) Quanto ao horário do Protocolo:	
Protocolo da solicitação de Recurso ao FEHIDRO 2016 realizado até às 17h00 do dia 31/03/2016	00 ponto
Protocolo da solicitação de Recurso ao FEHIDRO 2016 realizado entre 17h00 e 17h30 do dia 31/03/2016	- 03 pontos
B) Quanto a conformidade dos documentos (Check-List) dos projetos protocolados:	
Atendimento literal da Deliberação CBH-AP/195/2015	03 pontos
Não Atendimento do Art. 16 da Deliberação CBH-AP/195/2015, sem necessidade de complementação de documentos	01 ponto
Atendimento parcial da Deliberação CBH-AP/195/2015, com solicitação de complementação de documentos	00 ponto
C) Tipo de Financiamento com Recursos do FEHIDRO:	
Financiamento 100% reembolsável	05 pontos
Financiamento não reembolsável (fundo perdido)	00 ponto
D) Pontuação vinculada à Contrapartida de financiamento reembolsável e não reembolsável:	
D1) Para a SABESP e Concessionárias de Serviço Público:	
Contrapartida maior que 50%	05 pontos
Contrapartida maior que 40 até 50%	04 pontos
Contrapartida maior que o mínimo até 40%	03 pontos
Contrapartida mínima (30%)	00 ponto
D2) Para os demais tomadores:	
Contrapartida acima de 30%	05 pontos
Contrapartida maior que 20% até 30%	04 pontos
Contrapartida maior que 15% até 20%	03 pontos
Contrapartida maior que 12% até 15%	02 pontos
Contrapartida maior que o mínimo até 12%	01 ponto
Contrapartida mínima	00 ponto
E) Participação nos projetos de Educação Ambiental do Comitê (*):	
Participação em todas as atividades de EA do CBH	02 pontos
Participação em alguma atividade de EA do CBH	01 ponto
Não participou das atividades de EA do CBH	00 ponto
F) Relativo à ação de Educação Ambiental:	
Apresentou Proposta de Ação de Educação Ambiental	01 ponto
Trata-se de projeto de Educação Ambiental	01 ponto
Não apresentou Proposta de Ação de Educação Ambiental	00 ponto
G) Participação do tomador (ou representante) nas reuniões plenárias do CBH-AP realizadas nos anos de 2014 e 2015 (**):	
Participação em todas as Reuniões realizadas	01 ponto
Não houve Participação nas Reuniões realizadas	00 ponto
H) Participação do tomador (ou representante) no processo de atualização do Plano de Bacia Hidrográfica do Comitê (***):	
Participação em todas as Atividades realizadas	01 ponto
Não houve participação em nenhuma Atividade	00 ponto

(*) A Secretaria Executiva do CBH-AP fornecerá a listagem dos participantes nas atividades promovidas: Semana da Água, Dia Mundial da Água, Diálogo Interbacias de Educação Ambiental e outras. (**) A Secretaria Executiva do CBH-AP com base nas listas de presença assinadas em cada Reunião Plenária do CBH-AP fornecerá a listagem dos participantes. (***) Fornecido pela Secretaria Executiva do CBH-AP

Deliberação CBH-AP/195/2015 de 1 de dezembro de 2015

ANEXO 4 - CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO A SER ATRIBUÍDA ÀS SOLICITAÇÕES FINANCEIRAS, PARA FINS DE HIERARQUIZAÇÃO E SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS (continuação...)

ANEXO 4 - 2. Critérios específicos estabelecidos para cada Programa da Tabela do Artigo 14

Al1a: Obras de implantação e ampliação de sistemas de tratamento de esgotos urbanos e de melhorias da eficiência dos sistemas	PONTUAÇÃO
A) Relativo ao tipo de solicitação:	
solicitação de obra de tratamento de esgotos urbanos	05 pontos
solicitação de obra de ampliação de sistemas de tratamento de esgotos urbanos e de melhorias da eficiência dos sistemas	02 pontos
Solicitação de estudo ou projeto de sistema de tratamento de esgoto urbanos	01 ponto
B) Proporção de esgoto coletado em relação ao gerado no município (*):	
Bom: Maior que 95%	05 pontos
Regular: De 70% a 95%	03 pontos
Ruim: De 0% a 70%	01 ponto
C) Proporção de esgoto tratado em relação ao gerado no município (*):	
Ruim: De 0% a 70%	05 pontos
Regular: De 70% a 95%	03 pontos
Bom: Acima de 95%	01 ponto
D) Índice de hidrometria do sistema de abastecimento de água do município (**)	
hidrometria total (= 100%)	03 pontos
hidrometria parcial (> 90% e < 100%)	01 ponto
E) Posição na UGRHI (localização conforme subunidades definidas no Plano de Bacias):	
Alto Aguapeí e Alto Peixe	03 pontos
Médio Aguapeí e Médio Peixe	02 pontos
Baixo Aguapeí e Baixo Peixe	01 ponto
F) Etapa de execução (***)	
Continuidade de empreendimento iniciado com recurso do FEHIDRO	05 pontos
Continuidade de empreendimento iniciado com outros recursos	03 pontos
Empreendimento a iniciar	01 ponto

(*) Pontuação conforme indicadores do Relatório de Situação 2015: Ano Base 2014 do CBH-AP. (**) Pontuação em função da Declaração de Comprovação de Medições com Hidrômetro | DCMH. (***) Comprovação em função do Relatório de Comprovação de Continuidade.

Al1b: Obras de implantação de sistemas de tratamento de esgotos de comunidades rurais isoladas	PONTUAÇÃO
A) Concepção Técnica e População Beneficiada:	
Sistemas de tratamento de esgotos para distritos e/ou bairros rurais com atendimento de no mínimo 20 famílias	03 pontos
Sistemas de tratamento para comunidade rural isolada com atendimento de no mínimo 6 famílias	02 pontos
Sistemas de tratamento de esgotos com atendimento de no máximo 5 famílias	01 ponto
B) Localização quanto a vulnerabilidade das águas subterrâneas (*):	
Alta Vulnerabilidade	03 pontos
Média Vulnerabilidade	02 pontos
Baixa Vulnerabilidade	01 ponto
C) Taxa de urbanização do município conforme SEADE 2010:	
Menor que 80%	03 pontos
De 80% a 90%	02 pontos
Maior que 90%	01 ponto
D) Etapa de execução (**)	
Continuidade de empreendimento iniciado com recurso do FEHIDRO	03 pontos
Continuidade de empreendimento iniciado com outros recursos	02 pontos
Empreendimento a iniciar	01 ponto

(*) Vide Mapa de vulnerabilidade à contaminação de águas subterrâneas no Plano de Bacias do CBH-AP. (**) A comprovação da continuidade de projeto deverá ser feita apresentando Relatório de Comprovação de Continuidade.

Al2: Obras de sistemas de disposição de resíduos sólidos.	PONTUAÇÃO
A) Localização quanto a vulnerabilidade das águas subterrâneas (*):	
Alta Vulnerabilidade	03 pontos
Médio Vulnerabilidade	02 pontos
Baixo Vulnerabilidade	01 pontos
B) Etapa de execução (**):	
Continuidade de empreendimento iniciado com recurso do FEHIDRO	03 pontos
Continuidade de empreendimento iniciado com outros recursos	02 pontos
Empreendimento a iniciar	01 ponto
C) Existência de Coleta Seletiva administrada pela prefeitura (***):	
possui coleta seletiva de lixo	02 pontos
não possui coleta seletiva de lixo	00 ponto

(*) Vide Mapa de vulnerabilidade à contaminação de águas subterrâneas no Plano de Bacias do CBH-AP. (**) Comprovação em função do Relatório de Comprovação de Continuidade. (***) Comprovação em função da Declaração de Comprovação de Coleta Seletiva | DCS.

Deliberação CBH-AP/195/2015 de 1 de dezembro de 2015

ANEXO 4 - CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO A SER ATRIBUÍDA ÀS SOLICITAÇÕES FINANCEIRAS, PARA FINS DE HIERARQUIZAÇÃO E SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS (continuação...)

ANEXO 4 - 2. Critérios específicos estabelecidos para cada Programa da Tabela do Artigo 14

AI3a: Plano Diretor de Controle de Erosão Rural	PONTUAÇÃO
A) Localização quanto à criticidade em relação a susceptibilidade a erosão (*):	
Muito críticas	05 pontos
Moderadamente crítica	03 pontos
Pouca crítica	01 pontos

B) Quanto ao custo do projeto pela área de abrangência:

Será considerado o índice "Custo/Área do Projeto", obtido do valor global da obra pela Área de abrangência do Projeto. Serão considerados o menor e o maior índice obtidos em todos os projetos analisados pela CT-PA, interpolando-se linearmente entre eles 3 (três) faixas de valores absolutos de custos unitários crescentes, que receberão pontuação decrescente, sendo 5, 3 e 1.

(*) vide Mapa de susceptibilidade à erosão (IPT, Relatório Zero ou Plano de Bacia do CBH-AP)

AI3b: Plano Diretor de Drenagem Urbana	PONTUAÇÃO
A) Localização quanto à criticidade em relação a susceptibilidade a erosão (*):	
Muito críticas	05 pontos
Moderadamente crítica	03 pontos
Pouca crítica	01 pontos

B) Quanto ao custo do projeto pela área de abrangência:

Será considerado o índice "Custo/Área Urbana", obtido do valor global da obra pela Área de drenagem do Projeto. Serão considerados o menor e o maior índice obtidos em todos os projetos analisados pela CT-PA, interpolando-se linearmente entre eles 3 (três) faixas de valores absolutos de custos unitários crescentes, que receberão pontuação decrescente, sendo 5, 3 e 1.

(*) vide Mapa de susceptibilidade à erosão (IPT, Relatório Zero ou Plano de Bacia do CBH-AP)

AI4a: Serviços e obras de prevenção, defesa e recuperação de áreas degradadas pela erosão em área urbana	PONTUAÇÃO
A) Localização quanto à criticidade em relação a susceptibilidade a erosão (*):	
Muito críticas	05 pontos
Moderadamente crítica	03 pontos
Pouca crítica	01 pontos
B) Etapa de execução (**):	
Continuidade de empreendimento iniciado com recurso do FEHIDRO	05 pontos
Continuidade de empreendimento iniciado com outros recursos	03 pontos
Empreendimento a iniciar	01 ponto
C) Relativo à dimensão da erosão:	
boçoroca (nascentes no interior)	05 pontos
ravinas profundas	03 pontos
sulcos concentrados	01 ponto
D) Relativo ao desenvolvimento da erosão:	
ativos com produção de sedimentos	05 pontos
não estabilizadas (sem vegetação)	03 pontos
estabilizadas	01 ponto
E) Declividade média do terreno no local do empreendimento, segundo a carta do IBGE:	
superior a 10%	05 pontos
superior a 6% ate 10%	03 pontos
superior a 3% ate 6%	02 pontos
Ate 3%	01 ponto
F) Quanto à proximidade de cursos d'água:	
Obra chegando ao corpo d'água	03 pontos
Obra na meia encosta	02 pontos
Obra no divisor de águas	01 ponto

(*) vide Mapa de susceptibilidade à erosão (IPT, Relatório Zero ou Plano de Bacia do CBH-AP); (**) Comprovação em função do Relatório de Comprovação de Continuidade

Deliberação CBH-AP/195/2015 de 1 de dezembro de 2015

ANEXO 4 - CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO A SER ATRIBUÍDA ÀS SOLICITAÇÕES FINANCEIRAS, PARA FINS DE HIERARQUIZAÇÃO E SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS (continuação...)

ANEXO 4 - 2. Critérios específicos estabelecidos para cada Programa da Tabela do Artigo 14

AI4b: Serviços e obras de prevenção, defesa e recuperação de áreas degradadas pela erosão em área rural	PONTUAÇÃO
A) Localização quanto à criticidade em relação a susceptibilidade a erosão (*):	
Muito críticas	05 pontos
Moderadamente crítica	03 pontos
Pouca crítica	01 pontos
B) Etapa de execução (**):	
Continuidade de empreendimento iniciado com recurso do FEHIDRO	05 pontos
Continuidade de empreendimento iniciado com outros recursos	03 pontos
Empreendimento a iniciar	01 ponto
C) Relativo à dimensão da erosão:	
boçoroca (nascentes no interior)	05 pontos
ravinas profundas	03 pontos
sulcos concentrados	01 ponto
D) Relativo ao desenvolvimento da erosão:	
ativos com produção de sedimentos	05 pontos
não estabilizadas (sem vegetação)	03 pontos
estabilizadas	01 ponto
E) Declividade média do terreno no local do empreendimento, segundo a carta do IBGE:	
superior a 10%	05 pontos
superior a 6% ate 10%	03 pontos
superior a 3% ate 6%	02 pontos
ate 3%	01 ponto
F) Quanto à proximidade de cursos d'água:	
Obra chegando ao corpo d'água	03 pontos
Obra na meia encosta	02 pontos
Obra no divisor de águas	01 ponto

(*) Vide Mapa de vulnerabilidade à contaminação de águas subterrâneas no Plano de Bacias do CBH-AP; (**) Comprovação em função do Relatório de Comprovação de Continuidade.

AI5: Planos e Ações de controle de perdas (Aquisição e instalação de hidrômetros residenciais e macro medidores, Instalação de sistema redutor de pressão, Serviços e obras de setorização, Reabilitação de redes de água, Pesquisa de vazamento, pitometria e eliminação de vazamentos).	PONTUAÇÃO
A) População do município:	
até 3.000 habitantes	05 pontos
de 3.001 até 5.000 habitantes	03 pontos
acima de 5.000 habitantes	01 pontos
B) Déficit municipal de água relativo (vol. produzido / pop. atendida – adota-se média de 200 l. Hab. dia) (*):	
déficit alto	05 pontos
déficit médio	03 pontos
déficit baixo	01 ponto
C) Natureza do Investimento:	
Ação de controle de perdas	03 pontos
Plano de controle de perdas	01 pontos

(*) Pontuação em função da Declaração de Comprovação de Medições com Hidrômetro | DCMH.



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe

Rua Benedito Mendes Faria, 40a | Vila Hípica | Marília/SP | CEP 17520-520

Fone: 14 3417-1017 | Fax: 14 3417-1662

<http://cbhap.org/>
secretaria@cbhap.org

Deliberação CBH-AP/195/2015 de 1 de dezembro de 2015

MODELO I - DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE MEDIÇÕES COM HIDRÔMETRO | DCMH

PAPEL TIMBRADO DO TOMADOR OU DA CONCESSIONÁRIA

Declaramos, para os devidos fins, que o município de _____ possui _____ ligações de água, das quais _____ ligações possuem medição com hidrômetro, correspondendo a ____% das ligações existentes.

Declaramos ainda que o volume de água tratada produzida para atender o município é de _____ m³/mês e o volume micromedido é de _____ m³/mês, tendo como base o mês de _____ de 2016.

_____, ____ de _____ de 2016.

Nome do Prefeito Municipal

RG:
CPF:

Nome do Responsável pela
Concessionária ou do Responsável pelo
sistema de abastecimento público

RG:
CPF:



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe

Rua Benedito Mendes Faria, 40a | Vila Hípica | Marília/SP | CEP 17520-520

Fone: 14 3417-1017 | Fax: 14 3417-1662

<http://cbhap.org/>
secretaria@cbhap.org

Deliberação CBH-AP/195/2015 de 1 de dezembro de 2015

MODELO II - AÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PAPEL TIMBRADO DO TOMADOR

1) Tomador:

2) Título da Solicitação apresentada ao FEHIDRO:

3) Atividade proposta de Educação Ambiental:

4) Responsável pela Atividade:

Nome:

Telefone:

E-mail:

Atividade a ser desenvolvida (descrever de forma breve a atividade que será realizada, objetivos, público alvo, metodologia a ser adotada e período de realização):

Data / / 2016

Assinatura do Responsável

Obs.: Os custos e despesas da atividade proposta não devem onerar e nem constar do orçamento do projeto principal, sendo suportadas pelo tomador dos recursos.



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe

Rua Benedito Mendes Faria, 40a | Vila Hípica | Marília/SP | CEP 17520-520

Fone: 14 3417-1017 | Fax: 14 3417-1662

<http://cbhap.org/>
secretaria@cbhap.org

Deliberação CBH-AP/195/2015 de 1 de dezembro de 2015

MODELO III - FICHA DE PROTOCOLO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS FEHIDRO

(constar externamente à solicitação)

FICHA DE PROTOCOLO:

Título da solicitação (como descrito na Ficha Resumo):
Valor FEHIDRO:
Valor da Contrapartida:
Valor Total:
Nome da entidade solicitante:
Nome do responsável legal:
Telefone do responsável legal:
Fax do responsável legal:
E-mail do responsável legal: